



UMA OUTRA GOIÂNIA: LAMPEJOS DO PASSADO PELO ACERVO COIMBRA BUENO

EIXO TEMÁTICO: 2. REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

TREVISAN, Ricardo

Prof. Dr.; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília (FAU-UnB)
trevisan@gmail.com

PESCATORI, Carolina

Profa. Dra.; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília (FAU-UnB)
pescatori@unb.br

TEIXEIRA, Carolina Guida

Mestranda; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília (FAU-UnB)
carolguidax@gmail.com

RESUMO

É possível esboçar uma outra história aos primórdios de Goiânia? A aproximação ao acervo Coimbra Bueno revela que sim ao permitir iluminar a história da fundação e construção da nova capital a partir da atuação da empresa que erigiu a cidade. Ao debruçar-nos sobre a massa documental da Coimbra Bueno e Cia. Ltda., em salvaguarda da FAU-UnB, uma outra Goiânia emerge e tensiona outras tantas já descritas e narradas pela historiografia especializada. Pertencente ao seleto rol de cidades capitais planejadas no Brasil republicano, ao lado de Belo Horizonte (1895), Boa Vista (1944), Brasília (1957) e Palmas (1989), Goiânia, de 1933, incorpora em si os preceitos do urbanismo moderno em voga na primeira metade do século XX. Resultante das teorias, saberes e práticas articulados por técnicos e profissionais, o plano urbanístico elaborado para a nova capital de Goiás contempla atributos que a qualifica como uma cidade nova, uma tipologia particular do campo do Urbanismo. Mas para além desta história já há muito tratada por estudos e pesquisas, o que o espólio dos construtores da cidade teria a acrescentar? Que vestígios e indícios do acervo Coimbra Bueno permitem olhar para a história de Goiânia e extrair novas compreensões? Na disputa por apropriações assertivas, este estudo apoia-se metodologicamente na produção teórica existente e na captura e interpretação das fontes primárias para acrescentar algumas peças ao quebra-cabeça da história de Goiânia – doze “lampejos”, da ocupação do sítio à expansão por setores-satélites –, visando assim a contribuir para ampliação de saberes e práticas do campo da cidade e do urbanismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: arquivo; história do urbanismo; cidades novas; cidade capital; empresa urbanizadora.

ABSTRACT

Is it possible to sketch another history of the beginnings of Goiânia? A closer look at the Coimbra Bueno collection reveals that it is, as it sheds light on the history of the foundation and construction of the new capital from the point of view of the company that built the city. When we look at the mass of documents from Coimbra Bueno e Cia. Ltda., which is being safeguarded by FAU-UnB, another Goiânia emerges and challenges the many others that have already been described and narrated by specialized historiography. Belonging to the select list of planned capital cities in republican Brazil period, alongside Belo Horizonte (1895), Boa Vista (1944), Brasília (1957) and Palmas (1989), Goiânia, from 1933, incorporates the precepts of modern urbanism in vogue in the first half of the 20th Century. The result of theories, knowledge and practices articulated by technicians and professionals, the urban plan drawn up for the new capital of Goiás includes attributes that qualify it as a new city, a particular typology in the field of Urbanism. But beyond this history, which has long been dealt by studies and research, what could the estate of the city's builders have to add? What traces and indications from the Coimbra Bueno collection allow us to look at the history of Goiânia and extract new understandings? In the dispute for assertive appropriations, this study relies methodologically on existing theoretical production and on capturing and interpreting primary sources to add a few pieces to the puzzle of Goiânia's history – twelve “glimpses”, from the occupation of the site to the expansion by satellite-sectors –, with the aim of contributing to the expansion of knowledge and practices in the field of the city and Brazilian urbanism.

KEY-WORDS: archive; urban history; new cities; new capital city; urban development company.

RESUMEN

¿Es posible esbozar otra historia de los inicios de Goiânia? Una mirada más atenta a la colección Coimbra Bueno revela que sí, ya que arroja luz sobre la historia de la fundación y construcción de la nueva capital desde el punto de vista de la empresa que construyó la ciudad. Al observar el acervo de Coimbra Bueno e Cia. Ltda., custodiado por la FAU-UnB, surge otra Goiânia que pone en tensión las muchas otras ya descritas y narradas por la historiografía especializada. Perteneciente a la selecta lista de capitales planificadas del Brasil republicano, junto a Belo Horizonte (1895), Boa Vista (1944), Brasília (1957) y Palmas (1989), Goiânia, a partir de 1933, incorpora los preceptos del urbanismo moderno en boga en la primera mitad del siglo XX. Fruto de teorías, conocimientos y prácticas articuladas por técnicos y profesionales, el plan urbanístico elaborado para la nueva capital de Goiás incluye atributos que la califican de ciudad nueva, una tipología particular en el campo del Urbanismo. Pero más allá de esta historia, largamente tratada por estudios e investigaciones, ¿qué podría aportar la colección de los constructores de la ciudad? ¿Qué huellas e indicios de la colección Coimbra Bueno nos permiten mirar la historia de Goiânia y extraer nuevas comprensiones? En la disputa por apropiaciones asertivas, este estudio se apoya metodológicamente en la producción teórica existente y en la captación e interpretación de fuentes primarias para añadir algunas piezas al rompecabezas de la historia de Goiânia – doce «atisbos», desde la ocupación del sitio hasta la expansión por sectores-satélites –, con el objetivo de contribuir a la ampliación del conocimiento y de las prácticas en el campo de la ciudad y del urbanismo brasileño.

PALABRAS CLAVE: archivo; historia del urbanismo; ciudades nuevas; ciudad capital; empresa de urbanización.

INTRODUÇÃO

Em 2023 celebrou-se os 90 anos de fundação da cidade de Goiânia, a nova capital do estado de Goiás após a transferência da sede administrativa nos anos 1930. A efeméride foi comemorada, dentre as muitas festividades, com o lançamento de duas publicações a fim de rememorar sua origem e retratar episódios da cidade moderna e de seu desenvolvimento até adquirir feições metropolitanas nas últimas décadas.

A primeira obra, o livro “Goiânia, 90 anos” – organizado por Eliézer Cardoso de Oliveira, Jales Guedes Coelho Mendonça, Nasr Fayad Cahul e Nilson Jayme, e inserido nas edições “Goiás +300” do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) –, foi lançada em 2024 e estruturou-se em três partes distribuídas em 336 páginas: 1ª parte – “História e injunções políticas”, 2ª parte – “Arquitetura e Urbanismo”, e 3ª parte – “Elementos culturais e estéticos”. Na primeira parte, os seis capítulos trazem as referências culturais e as consequências da transferência da capital, perpassando temáticas como: mudanças políticas, pensamento sanitarista, apagamentos culturais, impactos à vila de Campinas (núcleo urbano ao lado do sítio escolhido para implantação da nova capital), domínio do tecnicismo e apologia ao progresso. Na segunda parte, os quatro capítulos abordam a materialidade da nova capital, desde uma interpretação da arquitetura tradicional goiana à apropriação das modernidades na arquitetura e no planejamento urbano da capital em suas primeiras décadas de existência. Por fim, na terceira parte, os seis capítulos problematizam os 90 anos da capital a partir de um olhar sociocultural, com enfoque na música, nos festivais musicais, no teatro e no cidadão goianiense.

A segunda obra, o “Dossiê Goiânia: 90 anos Fundação da Cidade”,¹ foi publicada em 4 de março de 2024 pela *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens* (ISSN 2448-1793), periódico da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Com editoração dos professores Ademir Luiz da Silva, Celina de Almeida Manso, Milena D’Ayala Valva, Maíra Teixeira Pereira, Pedro Henrique Máximo Pereira e Wilton de Araújo Medeiros, o volume de 471 páginas traz uma apresentação

¹ Link para revista online: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/issue/view/758>.

e cinco seções compostas por um total de 21 artigos. As seções apresentam, na ordem, os seguintes títulos: “O Setor Central”, “O Setor Campinas”, “Tombamento e Patrimônio”, “A Metrópole” e “Ensaio de graduação”. Na perspectiva de uma apreensão geral sobre as nove décadas da capital, os artigos perfazem histórias particulares da construção e de personagens envolvidos na origem da cidade, a destruição de seus patrimônios originais, as materialidades ainda existentes, a demanda pela salvaguarda de bens edílios e culturais, a expansão da cidade, a condição contemporânea enquanto uma metrópole regional, e, por fim, algumas proposições ensaísticas para sua melhor urbanidade.

Obras comemorativas e complementares, as breves resenhas foram aqui colocadas não por acaso ou mero protocolo investigativo. Servem como chamarizes introdutórios ao propósito fulcral deste artigo: revelar uma outra história de Goiânia, pouco abordada pela historiografia direcionada. Recém-lançadas e, portanto, com os olhares mais atuais e originais sobre a capital, nenhuma de suas seções e capítulos traz atenção a participação, atuação ou mesmo curiosidades sobre a empresa construtora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. Mesmo em estudos mais – ou menos – conhecidos (Maciel, 1996; Manso, 2001; Daher, 2003; Gonçalves, 2003; Ribeiro, 2004; Santana *et. al.*, 2007; Pires, 2009; Bernardes, 2009; CREA-GO, 2012; Borges, 2018; Diniz, 2021), a construtora nunca foi o tema central e, talvez, por falta de acesso à documentação primária e à iconografia comprobatória ficou restrita a assuntos tangenciais ou foi deliberadamente obliterada do escopo destes textos. Um cenário a se alterar nos últimos anos.

Com o recebimento do espólio de Abelardo Coimbra Bueno em 2020 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (Pescatori; Trevisan, 2023), os primeiros indícios de uma documentação pouco explorada ou esquecida veio à tona. Esta aproximação à massa documental permitiu a pesquisadores interagir com o material da fundação e construção da nova capital. Ao debruçar sobre os documentos oficiais e não-oficiais da Coimbra Bueno e Cia. Ltda., uma outra Goiânia emergiu e tensionou outras tantas já descritas e narradas pela historiografia especializada.

Pertencente ao seleto rol de cidades capitais planejadas no Brasil republicano (Trevisan; Ficher; Tavares, 2017), ao lado de Belo Horizonte (1895), Boa Vista (1944), Brasília (1957) e Palmas (1989), Goiânia, de 1933, incorpora em si os preceitos do urbanismo moderno em voga na primeira metade do século XX. Resultante das teorias, saberes e práticas articulados por técnicos e profissionais, o plano urbanístico elaborado para a nova capital de Goiás contempla atributos que a qualifica como uma cidade nova, uma tipologia particular do campo do Urbanismo. Mas para além desta história já há muito tratada por estudos e pesquisas, o que o espólio dos construtores da cidade teria a acrescentar? Que vestígios e indícios do acervo Coimbra Bueno permitem olhar para a história de Goiânia e extrair novas compreensões? Na disputa por apropriações assertivas, este estudo apoia-se metodologicamente na produção teórica existente e na captura e interpretação das fontes primárias para acrescentar algumas peças ao quebra-cabeça da história de Goiânia.

Sob a perspectiva conceitual de Didi-Huberman (2015), os documentos, as imagens, os dados do passado trazidos pelo acervo se revelam como lampejos fugazes, tal qual relâmpagos que surgem e desaparecem rapidamente. Tais sinais intermitentes de outrora compõem imagens que, segundo Benjamin (2009), constituem a História. Porém, é sabido que as imagens autênticas do passado são efêmeras – desvanecem rapidamente –, e deixam, no futuro, apenas rastros remanescentes da verdade histórica. Neste sentido, a noção de uma verdade estática, a esperar pelo investigador-explorador, entretanto, não condiz com a ideia de verdade histórica propriamente dita (Didi-Huberman, 2015). Ao contrário, a verdade histórica reside na construção dialética entre o passado e o presente, transformando-se a cada novo encontro com o passado – por isso o título: “Uma outra Goiânia, lampejos de um passado pelo Acervo Coimbra Bueno”.

Os arquivos do passado encontrados no Acervo Coimbra Bueno perfazem, portanto, *lampejos*² que são apropriados no agora de nossa “cognoscibilidade” (Benjamin, 2009, p. 504-505),

² O conceito de “lampejos” é aqui tratado à luz da interpretação feita pelo filósofo francês Georges Didi-Huberman na obra *Sobrevivência dos vaga-lumes* (2011), na qual contrapõe tais flashes instantâneos de clareza (informação) às “luzes ferozes” da visão progressista e dominante (versão única dos fatos). Para o autor, só com tais rompantes de novos dados é possível questionar as narrativas oficiais, tendo em mente a “espessura considerável e complexa de suas temporalidades emaranhadas” (Didi-Hiberman, 2011, p. 69).

compondo imagens dialéticas: ou seja, a articulação entre o presente (agora) e o passado (outrora). Com isto, a massa documental pesquisada torna consciente as percepções que até então estavam adormecidas, ou seja, inertes na “escuridão” do presente. Uma vez que tais imagens pretéritas são reavivadas – ao atravessar temporalidades e insistir em sobreviver –, permite-se acessar vestígios de outrora que, como lampejos, carregam a luz frágil e intermitente de um instante, tal como os vaga-lumes “luminescentes, erráticos, intocáveis” descritos por Didi-Huberman (2011, p. 23). Neste trabalho, então, a Goiânia dos Coimbra Bueno é lida e interpretada por lampejos, os quais iluminam momentos de sua fundação e ampliam nossos conhecimentos no presente.

Estruturalmente, o artigo, para além desta introdução e das considerações finais, é composto por três partes: inicia-se com uma breve contextualização da origem da capital Goiânia, interpretando-a como uma cidade nova; segue-se por uma explanação sobre o Acervo Coimbra Bueno, seus materiais, ações empregadas, temas arranjados e produtos derivados; e finda-se por revelar aspectos da construção da nova capital a partir de doze lampejos captados.

GOIÂNIA CIDADE NOVA – A HISTÓRIA QUE SABEMOS

Atualmente, Goiânia é uma metrópole regional do Centro-Oeste que junto à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) conformam um corredor de urbanização em plena expansão (Pereira, 2019). Passados 90 anos da publicação do decreto de sua constituição física,³ a capital do estado de Goiás contabiliza 1.437.237 habitantes segundo o censo IBGE de 2022, muito superior aos 50 mil previstos em seu plano de origem. Naquele momento, a ocupação da hinterlândia brasileira ainda era irrisória, reflexo das antigas investidas bandeirantistas do período minero-colonial. Deslocar a sede da secular cidade de Goiás para uma nova mais ao sul possibilitaria, simultaneamente, romper com as amarras oligárquicas historicamente dominantes, aproximar a região aos mercados

³ Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, o qual determinou que a região às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas "Criméia", "Vaca Brava" e "Botafogo", no então município de Campinas, fosse escolhida para nela ser edificada a nova capital do estado.

consumidores e produtivos do Sudeste e engendrar progresso e modernidade no sertão goiano.

Como modo de sistematizar e descrever esta história, em especial os processos que levaram à fundação de Goiânia e suas características basilares, este estudo com base nas fontes secundárias mencionadas aproxima-a ao conceito de “Cidades Novas” e seus seis atributos (Trevisan, 2020). Tal tipologia urbanística refere-se a núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso.

Distinta à constituição urbana de origem espontânea – aquela transcorrida no tempo de *longue durée* –, a de uma cidade nova permite identificar com mais clareza os elementos que levaram a sua materialidade. Desejo, razão de ser, lugar, agentes, projeto e tempo, seis atributos inseparáveis, por sua vez articulados, em cada episódio, à longa duração do tempo maior da urbanização. Sujeito a circunstâncias e contingências próprias, a nonagenária Goiânia é um destes casos a ser examinada sob tal lupa.

O desejo político

O desejo explícito de criar a capital goiana remete-nos a meados do século XVIII, quando o primeiro governador da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha e Brito – o Conde dos Arcos (1771-1828) –, já tentava convencer a Coroa portuguesa acerca da transferência da capital de Vila Boa de Goyaz para Meia Ponte (atual Pirenópolis) – ideia refutada devido aos altos custos que tal ato demandaria para a Corte. Outras oportunidades se sucederam com mesmo insucesso. Fundada em 1727 pelas bandeiras paulistas, em função da exploração aurífera na região, a configuração urbana irregular do velho centro colonial e as condições geomorfológicas adversas dificultavam a melhoria da infraestrutura, geravam preocupações sanitárias e impossibilitavam sua expansão física.

Em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, a transferência da capital goiana ganha fôlego embasada pelos problemas presentes em Goiás velho: sua cultura oligárquica, seu desenvolvimento provinciano e seu urbanismo colonial. Inclusive, as primeiras Constituições Estaduais já anunciavam a transferência da capital. Buscava-se, com tal realocação do poder, trazer à baila os ideais reformadores, positivistas e modernizadores que permeavam o cenário urbano das grandes cidades litorâneas e de novas cidades, como Belo Horizonte (1895), a nova capital de Minas Gerais.

Foi com a posse do Presidente Getúlio Vargas (1882-1954), em 3 de novembro de 1930, que o processo de transferência se tornou realidade. Designado interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) dispunha de argumentos e condições político-econômico palpáveis para empreender a mudança da capital, cujas características levassem a uma nova realidade. Goiânia, portanto, foi fruto da vontade política de Pedro Ludovico pela modernização e progresso de Goiás frente à tradição de uma oligarquia agrária e de uma economia pouco expressiva.

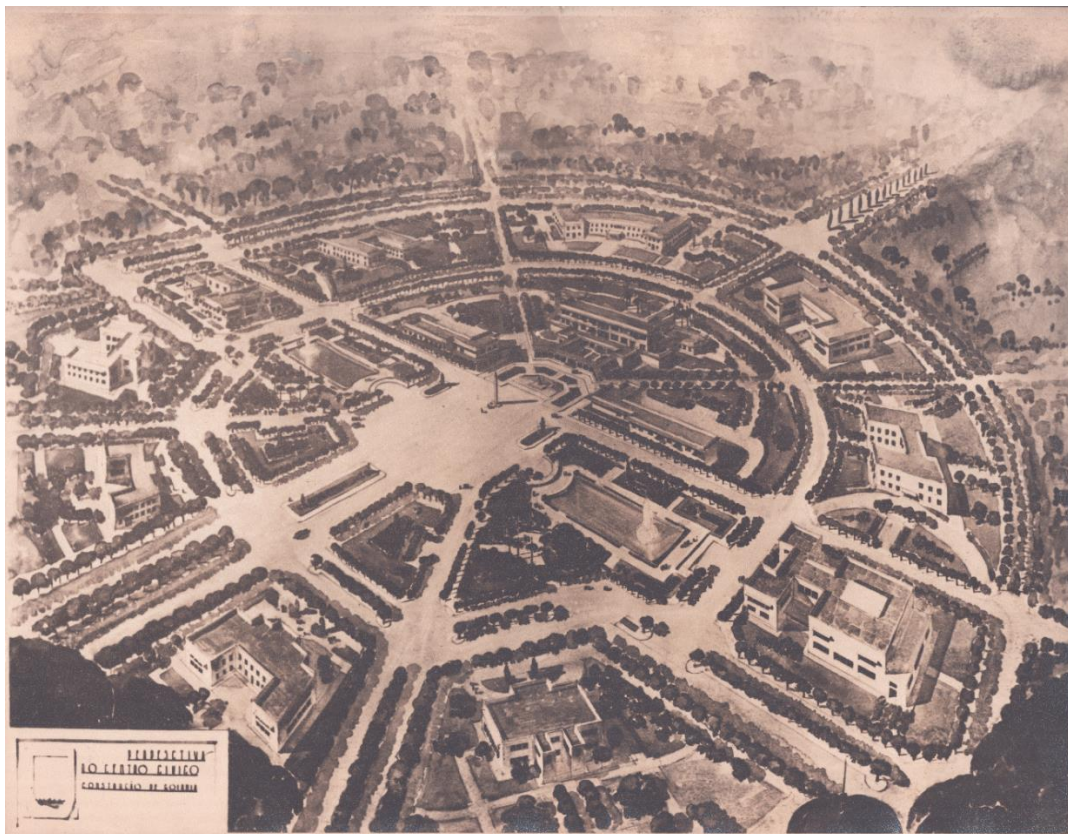
A razão de ser

Inúmeras motivações podem levar à criação de um núcleo urbano *ex nihilo*, as mais óbvias sendo necessidades administrativas, de defesa, de colonização, de exploração ou de realocação. Há ainda infindáveis porquês fortuitos, isolados ou em conjunto, como a adequação de uma barra para se tornar um porto ou de uma margem de rio para a implantação de uma indústria, as qualidades balneárias ou paisagísticas de um sítio, a extensão de uma rede ferroviária ou rodoviária, a previsão de crescimento de uma metrópole por meio de expansões satélites, e assim por diante.

Uma cidade criada com propósito geopolítico, a partir da ruptura com um passado colonialista e da aproximação a dinâmicas econômicas mais rentáveis (Triângulo Mineiro e São Paulo), assim foi com Goiânia, pensada para abrigar a sede governamental do estado de Goiás, a ser transferida de sua antiga sede. Eis que do desejo surge a necessidade, o segundo atributo inerente à fundação de uma cidade nova. Necessidade de sediar o poder estadual e, paralelamente, interligar economicamente o estado com outras regiões mais prósperas do

país. Função dominante rebatida no plano urbanístico por espaços diferenciados, pensados sob medida para receber uma arquitetura representativa desse *status* de excepcionalidade. E aqui, ainda que nova, seu trio de avenidas convergentes e seu Centro Cívico (Figura 1) se valem de artifícios imemoriais, quase atemporais, para a expressão do poder.

Figura 1: “Perspectiva do Centro Cívico – Construção de Goiânia” (sem data, sem autoria).



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

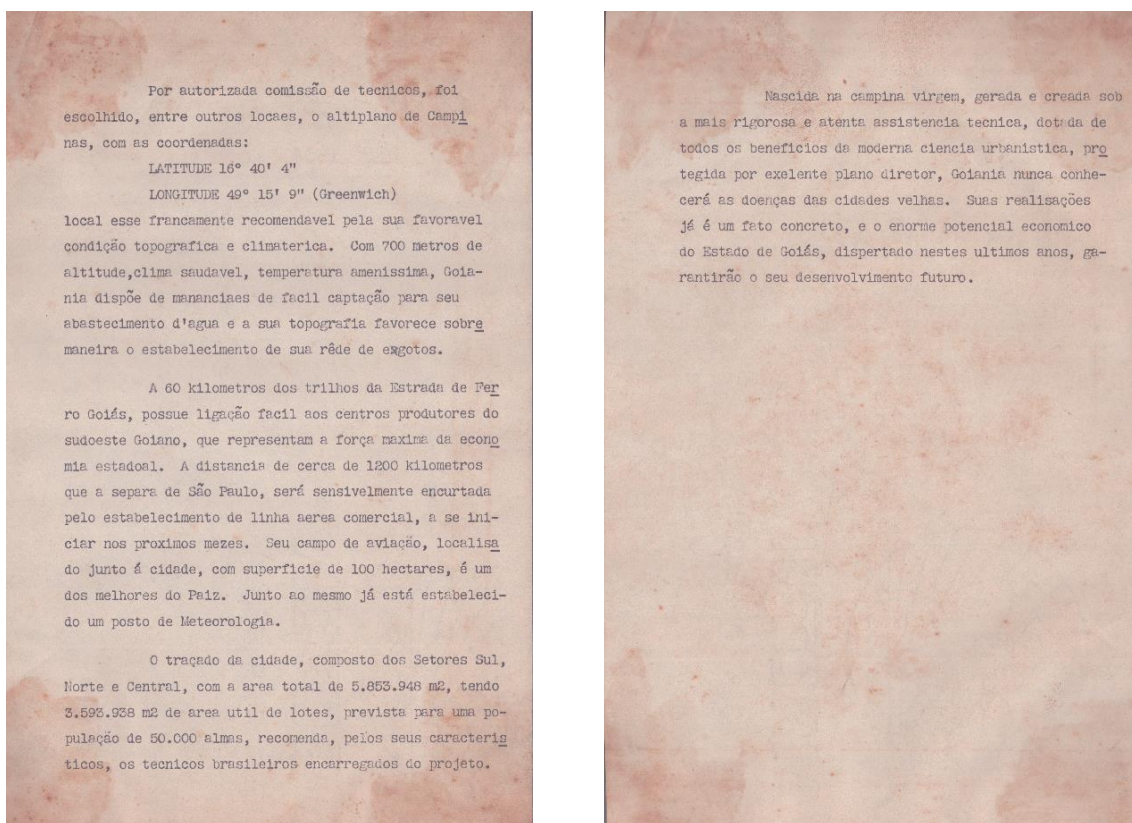
O sítio previamente escolhido

Decisão tomada, passa-se à escolha do sítio: o lugar para plantar o desejo, torná-lo palpável e real, passando de simples ideia a um projeto real, factível, correspondendo à função que definia a necessidade de um novo contexto político-econômico. Em 20 de dezembro de 1932, o interventor Pedro Ludovico Teixeira tinha em suas mãos o Decreto nº. 2.737, o qual determinava os estudos para a escolha do sítio da futura capital.

Diante de um sertão forrado pelo cerrado, coube a uma comissão técnica, coordenada pelo engenheiro civil Armando Augusto de Godoy (1876-1944), escolher o sítio tendo em vista alguns critérios pontuados à época, como: localização econômico-política estratégica – sul do

estado –, linha férrea próxima, topografia suave, recursos naturais disponíveis e adequadas condições de salubridade. Com levantamentos hidrológico e topográfico, chegou-se a duas localidades nas imediações das cidades de Campinas ou Bonfim, hoje Silvânia, com características de salubridade e pouco dispêndio em infraestrutura exigidas. Esses levantamentos (Figura 2) foram entregues a Pedro Ludovico, enaltecendo, ainda, que as opiniões de outros urbanistas fossem consideradas. Naquele mesmo ano de 1932 é aprovada a transferência da sede de Vila Boa de Goiaz para o novo sítio, nas redondezas da cidadela goiana de Campinas.

Figura 2: Memorial descritivo da escolha do sítio (Campinas). Álbum de Goiânia.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

Autores e seus projetos

Goiânia foi inicialmente projetada pelo arquiteto urbanista Atílio Corrêa Lima (1901-1943).⁴ Seu desenho urbano foi embasado em teorias urbanísticas modernas, visando a empreender

⁴ Engenheiro-arquiteto e urbanista ítalo-brasileiro graduado em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA), em 1925, e em urbanismo pelo *Institut d'Urbanisme de Paris* (IUUP), em 1930. De volta ao Brasil assume a cátedra de Urbanismo na ENBA a convite de Lucio Costa. Além de Goiânia, desenvolve planos

num terreno virgem as proposições ideais de uma vida urbana, em oposição ao urbanismo colonial das cidades goianas setecentistas. A Goiânia cidade nova apresentou em seu plano uma sobreposição de teorias urbanísticas (paradigmas) articuladas simultaneamente: *Zoning* (setorização), Cidade-Jardim, Unidade de Vizinhança, *City Beautiful* e outros; conforme requeridas pelo partido projetual.

A proposta de Corrêa Lima para Goiânia trouxe, para o plano da nova capital, as bases do Barroco e do academicismo, com seus espaços cênicos e monumentais (referência aos planos de Roma, na *Piazza Del Popolo* durante as reformas urbanas empreitadas por Sistus V, de Versalhes, Karlsruhe, Washington, Paris, La Plata, Belo Horizonte), principalmente para a Praça Cívica, com seu conjunto de prédios públicos em estilo *Art Déco* e as três avenidas em *patté d'oie* ou tridente, lócus revelador da função original (sede do poder) para qual a cidade foi criada.

Por sua vez, aspectos Modernistas – aqueles presentes nas propostas corbusianas para Paris, para *Ville Radieuse* etc. – foram empregados pelo urbanista ao setorizar a cidade por diferentes funções, sobre um traçado rígido de vias regulares e delimitada por um cinturão verde de parques que protegeriam os aquíferos presentes na região, à *la* Cidade-Jardim howardiana. Para o setor comercial, delimitado pelas diagonais simétricas que saem da Praça Cívica e uma avenida semicircular (Avenida Parnaíba), o urbanista projetou quadras entremeadas por vias de serviço. Próximo ao plano, além da estação ferroviária (principal meio de transporte da época), Corrêa Lima implantou o aeroporto, demonstrando estar atento às modernidades de sua época.

Com a saída de Attilio Corrêa Lima do comando do projeto em 1935, após desentendimento com a firma empreendedora da obra: Coimbra Bueno e Cia. Ltda., o plano foi assumido e desenvolvido pelo engenheiro civil Armando Augusto de Godoy com bases no projeto original. Godoy, ao assumir o cargo, detalhou o plano original, particularmente o setor residencial sul, em que os conceitos de Unidade de Vizinhança – captados do urbanismo estadunidense de

urbanísticos para Niterói, Recife, Volta Redonda, além de projetos arquitetônicos (Estação de hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont) e paisagísticos (Granja Comary em Teresópolis).

Clarence Stein e Henry Wright – foram aplicados em superquadras, os primeiros exemplares no país. O detalhamento prosseguiu com um cuidado maior dado ao cinturão verde, que limitaria o crescimento da cidade, e no traçado viário, ao propor inúmeras rotatórias em cruzamentos de vias principais – elemento que se tornou uma constante na expansão física da urbe.

Um tempo exórdio

Se a cidade natural, espontânea, é fruto de uma formação lenta, ao sabor de eventos favoráveis ou adversos, à sorte de variadas conjunturas, a “cidade nova” surge como que repentinamente, em um momento relativamente preciso frente à extensão que poderá vir a ter a sua história. E mesmo que seu definitivo processo de sedimentação dure anos ou séculos, o preâmbulo de uma cidade nova é sempre a expressão de circunstâncias imperativas em uma situação crucial, não podendo deixar de marcá-la ao menos por um período expressivo de sua existência.

Em Goiânia identificamos tal tempo mesurado. Da decisão política de transferência em 1932 à elaboração de seu plano em 1933; da gestação das primeiras infraestruturas ao lançamento da pedra fundamental em 24 de outubro de 1933; do detalhamento do Setor Sul entre 1935 e 1937 ao batismo cultural da cidade em 5 de julho de 1942. Por mais precárias que fossem então as suas condições, verifica-se na nova capital elementos que balizam temporalmente sua gestação, sua fundação e seus desenvolvimento preliminar.

LAMPEJOS NO ACERVO COIMBRA BUENO

Com conhecimento da história fundacional de Goiânia a partir da historiografia a ela dedicada, o contato com o Acervo Coimbra Bueno veio a acrescentar novos dados a tais narrativas estabelecidas. Mas antes de esmiuçá-los, cabe aqui traçar algumas linhas sobre a trajetória profissional dos Coimbra Bueno e a criação deste arquivo.

A dupla de irmãos engenheiros Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996, Figura 3) e Abelardo Coimbra Bueno (1911-2003, Figura 4) formou a incorporadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. logo

após a diplomação de ambos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1933. Sobrinhos do interventor Pedro Ludovico Teixeira – responsável pela mudança da capital de Goiás –, viram em Goiânia a oportunidade de decolarem profissionalmente. Mais empreiteiros que projetistas, assumiram em 1934 a direção-geral das obras de Goiânia, ficando a companhia responsável pela edificação dos Correios, do Palácio do Estado, do Grande Hotel, da Secretaria-Geral e de mais dez casas funcionais. No mesmo ano, o projeto da nova capital passa para os cuidados da Coimbra Bueno, com os irmãos encarregados tanto da construção do núcleo urbano original como também de novos bairros externos a ele.

Figura 3: Engenheiro Jeronymo Coimbra Bueno.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

Figura 4: Engenheiro Abelardo Coimbra Bueno.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

O acesso ao espólio Coimbra Bueno não ocorreu por acaso. Em outubro de 2019, a mestranda Rubiana Cardoso Campos Lemos, devido à temática de sua pesquisa – “Coimbra Bueno e Cia. Ltda. e sua história a partir de duas cidades novas: Luiziânia (SP) e Rubiataba (GO)” (Lemos, 2022) –, entrou em contato com familiares de Abelardo Coimbra Bueno e obteve deles aval para doação da massa documental à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Ao chegarem na FAU-UnB em 2020, as 41 caixas com mais de 2 toneladas de peso,

foram guardadas e abertas apenas após a Pandemia de COVID-19.⁵ Passado o confinamento, começou a operacionalização do acervo, tendo suporte de oficinas técnicas e curso de especialização,⁶ seguindo procedimentos de abrigo apropriado, de vistoria e manuseio, de diagnóstico e separação dos documentos. Após dois anos de trabalhos, o arquivo se encontra acondicionado e tematicamente organizado, tendo ocorrido em abril de 2024 o “2º. Seminário TOPOS: Acervos e Arquivos de Urbanismos: Saberes, Manejos e Feitos” (com participação de pesquisadores de todo o país), bem como a exposição “Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes” (esta, em parceria com docentes da FAUUSP).

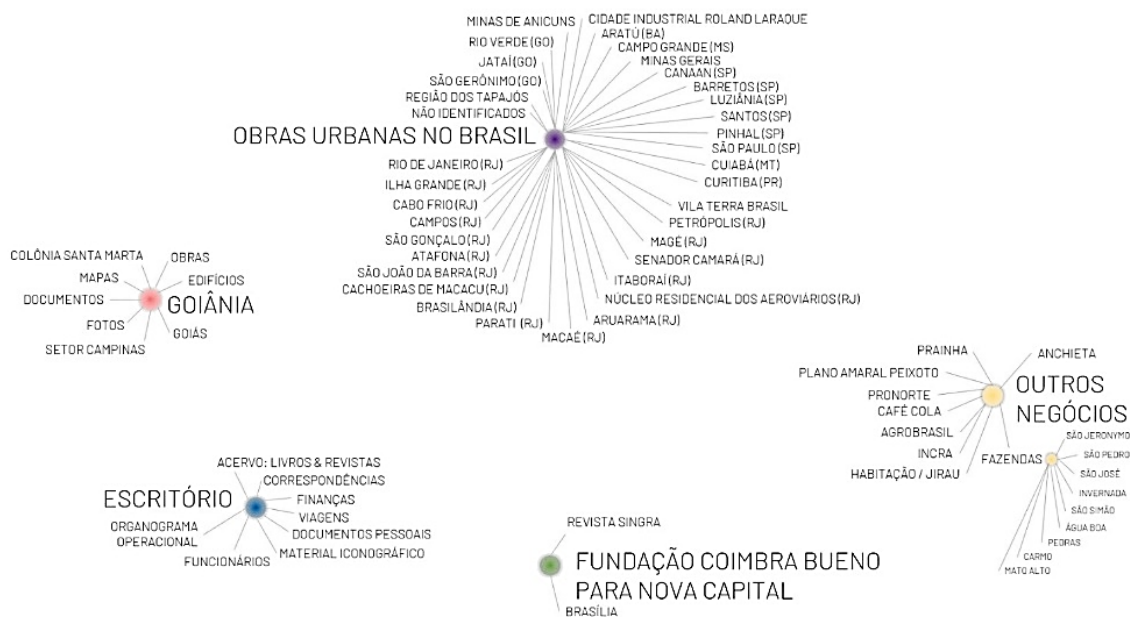
Após a abertura das caixas, retirada do material e respectiva identificação, chegou-se a cinco temáticas de aproximação: 1.) Goiânia, 2.) Planos urbanos no Brasil, 3.) Brasília, 4.) Escritório e trajetória profissional, e 5) Empreendimentos variados (indústria, agronegócio, exploração de recursos minerais etc.). Como método organizacional dos temas identificados e delimitados, optou-se pela construção de *nebulosas* (Pereira, 2018), as quais permitiram uma melhor visualização do conjunto (Figura 5).

Pensar por nebulosas, é assim, um convite a uma ideia instável e dialógica de saber que, mesmo quando feita de configurações, conceitos, categorias e noções, entende-as como esforços de uma teorização mais ou menos precisa, mas jamais neutra, e cuja estabilidade e consenso são momentâneos. Esse saber – como nuvens –, antes de tudo, é movediço, formado por inúmeras camadas diáfanos e vaporosas de outros saberes, inclusive os rechaçados ou não considerados como tal. [...] Esse saber assume o seu caráter metafórico e paradoxal: pensar a partir do que justamente é e permanece pouco claro, que menos esclarece do que tenta fazê-lo. Ele é, assim, um desvio, um corte, uma disjunção em relação tanto a uma visão setorial, positiva e progressiva de ciência, quanto à negatividade atribuída ao que permanece como um índice misterioso e obscuro nas atividades de pesquisa, mas nem por isso é destituído de presença e de contornos que são confrontados não à prova, mas à argumentação e ao esforço de confrontação e compartilhamento. (Pereira, 2018, pp. 249-250)

⁵ A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) a partir de edital à demanda espontânea de 2021, com o envolvimento de docentes, discentes de graduação e pós-graduação, discentes egressos e técnicos durante os últimos dois anos de projeto. O processo junto à FAP-DF foi finalizado em maio de 2024.

⁶ Entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, os professores coordenadores do Acervo realizaram o curso de especialização “Arquivos de Arquitetura” (*online*), oferecido pela *Autónoma Academy* da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL-Portugal).

Figura 5: Nebulosas do Acervo Coimbra Bueno.



Fonte: Autores, 2022.

Além de documentação primária sobre Goiânia, identificamos: a ação da incorporadora em inúmeras obras urbanizadoras pelo país; o envolvimento com outros negócios – de atividades agropecuárias e industriais a participação no cenário político do país –; a amplitude administrativa do escritório (com 949 fichas de admissão identificadas); e a conexão direta com a mudança da capital para a hinterlândia brasileira. Em diversos documentos e textos do acervo, pode-se perceber nos irmãos Coimbra Bueno a intenção de difundir uma visão de país moderno, coeso e com forte identidade sociocultural, evidentemente baseada em uma visão elitista, estereotipada e bastante conservadora da cultura sertaneja, bem como em uma visão sociopolítica desenvolvimentista das prioridades nacionais.

Assim, este acervo consiste em um verdadeiro campo a ser explorado. Mas como organizar, tratar, acondicionar e publicizar tantos documentos? Para quê e para quem servem acervos e arquivos? Quais as especificidades de um acervo ou um arquivo de Urbanismo?

Tomemos como ponto de partida a reflexão do arquiteto português Manuel Graça Dias (1953-2019):

Dizer que nós, arquitetos, acumulamos uma tonelada de informação é verdade. Dizer que sou talvez a última pessoa a defender um método eficaz de organizar, armazenar, arquivar ou mesmo jogar fora essa informação também é verdade. [...],

O ideal seria ter a coragem de não armazenar nada, de mandar tudo para uma enorme caixa de lixo, para poder seguir a vida real e as novas e estimulantes ondas cerebrais de cada vez que se inicia um novo processo. (Dias, 2009, p. 42 e 52, tradução livre nossa)⁷

Especificamente, acervos e arquivos voltados ao urbanismo, à urbanização, ao planejamento urbano e regional, à história da cidade, a urbanistas e trajetórias profissionais, a ações públicas e privadas e a temas similares podem agregar informações e dados para além daqueles contidos em mapas, plantas e desenhos. Capazes de disponibilizar uma gama diversa de materiais, eles podem perfazer desde projeções de uma sociedade utópica à adoção de teorias e paradigmas urbanísticos; revelar planos, relatórios e legislações mediante atas, decretos, leis, normas e memorandos; agregar diferentes perfis profissionais; reunir registros imagéticos em fotografias, pinturas, cartões-postais, filmes, documentários; descrever um determinado contexto histórico a partir de reportagens e publicações em jornais, periódicos, magazines e panfletos; personificar seus atores em cartas, instrumentos de trabalho, documentos oficiais e particulares. Enfim, um campo exploratório que proporciona a estudiosos, pesquisadores, profissionais, gestores e demais interessados ampliar o entendimento sobre ideias, intenções, processos, ações e feitos urbanizatórios.

Dentre as inúmeras ações que um acervo ou arquivo permite, a pesquisa histórica, na busca por indícios e vestígios em fontes e documentos, é a principal forma de construir o retrato (provisório), que dependerá, ainda, da capacidade do pesquisador em criar costuras e relações, na tentativa sempre incompleta, sempre circunstancial da tessitura historiográfica. É sabido que a cidade se faz no espaço e no tempo pela ação humana e deixa suas marcas na história.

Ao criar acervos e arquivos especializados em urbanismo, sua grande massa documental torna-se campo exploratório para o entendimento das características espaciais de uma cidade; locus de inspiração e orientação aos profissionais que precisam enfrentar os desafios práticos de criar ambientes urbanos funcionais e sustentáveis; palco para desvendar

⁷ *To say that we architects accumulate a ton of information is true. To say that I am perhaps the last person to hold forth on any efficient method of organising, storing, archiving or even throwing out that information is also true. [...], The ideal would be to have the courage not to store anything, to send everything to a huge waste bin in order to pursue real life and one's new and stimulating brainwaves on each occasion a new process begins.*

trajetórias profissionais e o *savoir-faire* envolvido; meio para decifrar políticas e ações públicas e privadas aplicadas sobre o território. Arquivos municipais, estaduais, provinciais, nacionais, de câmaras e prefeituras, arquivos corporativos, arquivos privados, arquivos particulares, de universidades, centros de documentação, fundações, museus e bibliotecas voltados ao urbanismo têm, portanto, imenso valor de pesquisa, assim como valor probatório em caso de processos legais, e possibilitam aos interessados o acesso facilitado – assim se espera – às origens, transformações e apagamentos urbanísticos e arquitetônicos momentâneos de uma cidade.

No caso do Acervo Coimbra Bueno, a documentação primária sobre Goiânia possibilitou novas descobertas ou, ao menos, focar em questões até então pouco abordadas em trabalhos sobre a história fundacional da capital. Como lampejos, elas despertaram em seus observadores a curiosidade e permitem aqui reescrever – ou complementar – a história da cidade.

GOIÂNIA, DOS COIMBRA BUENO

Goiânia apresenta-se como objeto à parte no Acervo. Constituído de um conjunto de documentos e imagens sobre a construção da cidade (memoriais, contratos, cartas, decretos, planos, projetos, fotos, mapas, cartões postais, reprografias etc.), pode-se visualizar seus edifícios e equipamentos tomando forma: os Correios, o Palácio das Esmeraldas, a Delegacia do Estado, o Cine-Teatro, o Automóvel Club, a Usina Hidrelétrica no rio Meia-Ponte, os Parques, os Casarios, a sede provisória da Prefeitura, o Liceu, o Leprosário Santa Martha etc.

Na coleção identificou-se uma variedade enorme de fotos aéreas, mostrando os principais marcos urbanísticos da cidade e sua expansão por bairros residenciais. Fotos que também retratam a realidade ao rés-do-chão nos primeiros anos da capital, a vida cotidiana e pitoresca dos habitantes na cidade que surgia. Percebe-se também o interesse por trás das lentes em promover a nova capital, seu urbanismo e sua arquitetura, a fim de atrair público para nela se estabelecer.

E destas capturas arquivísticas, doze lampejos – aqui tratados como verbetes autônomos – passam a ser descritos, cada qual com seu título, a fim de mostrar tais momentos de outrora.

Doze luminescências apreendidas a partir dos Coimbra Bueno e, portanto, daqueles responsáveis por erguer a cidade. São eles:

1. **Goiânia, cidade de raiz:** Na trilha da “Marcha para o Oeste”, política institucionalizada pelo presidente Getúlio Vargas nos anos 1930 de ocupação e colonização do sertão brasileiro, encontra-se a criação da nova capital do estado de Goiás. Fundar uma nova capital – uma cidade de raiz – seria um passo decisivo para romper com as amarras do passado colonial e direcionar os horizontes daquele estado à modernidade, a uma nova era (Figura 6).

Figura 6: Operários da Coimbra Bueno e Cia. Ltda. a demarcar a cidade no solo.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

2. **Goiânia, cidade-sertão:** À nova capital, uma novo local. Diante de um sertão forrado pelo cerrado, coube a uma comissão técnica, coordenada pelo engenheiro civil Armando Augusto de Godoy, escolher o sítio tendo em vista alguns critérios pontuados à época. Em 20 de dezembro de 1932, o Decreto estadual nº 2.737 aprovava a transferência da sede de Vila Boa de Goyaz para a nova capital, a cidade-sertão, nas redondezas da cidadela goiana de Campinas (Figura 7).

Figura 7: O traçado de Goiânia a marcar o sertão.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

3. **Goiânia e sua “Currutela”:** A dupla de irmãos engenheiros Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno, ao assumirem em 1934 a direção-geral das obras de Goiânia, ficam responsáveis, inicialmente, pela construção de edifícios institucionais e residenciais. No mesmo ano, o projeto urbanístico passa para os cuidados da Coimbra Bueno, com os irmãos encarregados tanto da implantação do núcleo urbano original como também de novos bairros externos a ele. Para apoiar a construção da cidade, um acampamento provisório foi erguido junto ao córrego Botafogo – a “Currutela” –, onde se encontrava o Escritório Central da empresa e as casas dos operários menos graduados (Figura 8).

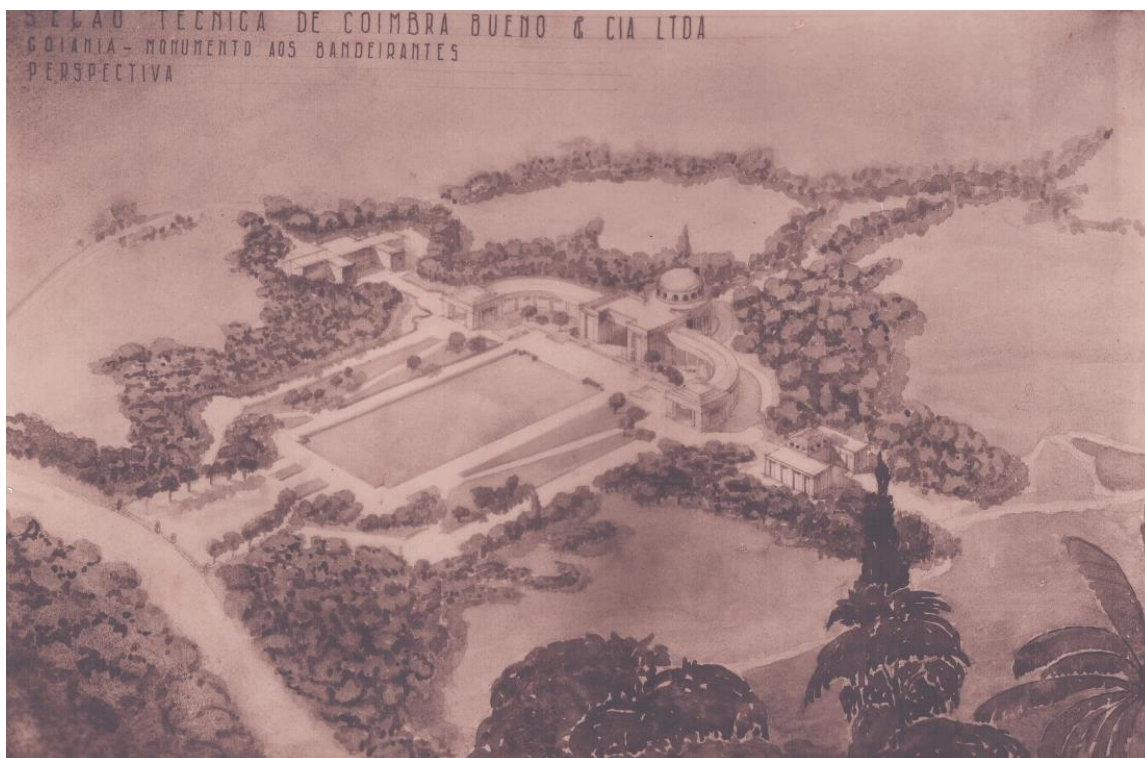
Figura 8: Edificações na “Currutela”, o assentamento provisório às margens do Córrego Botafogo.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

4. **Goiânia, monumental:** Em cidades criadas com um propósito administrativo sua forma reflete de algum modo sua função, seja por seus eixos e esplanadas magnas – artifícios imemoriais, quase atemporais, para a expressão do poder –, seja pela composição cênica de seus edifícios, independente do estilo arquitetônico empregado. A praça cívica em Goiânia – definida por três avenidas em *patté d’oie* e delineada por prédios públicos em *Art Déco*, revelando assim a função principal da nova cidade como sede do poder – foi desenhada de acordo com os espaços cênicos e monumentais de conjuntos barrocos e do *City Beautiful Movement* estadunidense (início do século XX). O Monumento aos Bandeirantes (Figura 9), desconhecido ao público (não construído), remete-nos a este tipo de paisagem urbana: monumental e estrategicamente situada, talvez um primeiro esboço daquilo que viria a ser a praça cívica desenhada por Corrêa Lima.

Figura 9: Monumento aos Bandeirantes, Goiânia (não construído).



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

5. **Goiânia, canteiro de obras:** Os irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno tinham força e voz dentro do canteiro de obras de Goiânia. A Jeronymo coube comandar a massa operária nas obras em andamento, fiscalizar as construções, padronizar os

materiais e zelar pela qualidade das edificações e infraestruturas urbanas; enquanto Abelardo ficou responsável pela comunicação Goiânia-Rio de Janeiro-São Paulo para a compra de materiais e para tratar de serviços burocráticos. Galpões de marcenaria, olarias, armazéns, maquinários e equipamentos foram dispostos junto ao canteiro de obras para auxiliar na construção da cidade (Figura 10).

Figura 10: Interior do galpão da marcenaria, a produzir peças para a construção de Goiânia.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

6. **Goiânia, urbanismo:** O plano geral estava embasado em um traçado rígido de vias regulares adequado à topografia, com implantação no sentido norte-sul, delimitado por um cinturão verde de parques que protegeriam os aquíferos existentes na região e limitaria o crescimento da cidade. Princípios modernistas foram empregados ao prover diferentes setores (bairros) conforme o uso do solo urbano – habitar, trabalhar, lazer e circular –, aos moldes do que se discutia naquele ano no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (IV CIAM, 1933). Em acréscimo à estação ferroviária, foi previsto um aeroporto nas proximidades, demonstrando conhecimento do planejador às modernidades da época (Figura 11).

Figura 11: Plano viário para setores Central, Norte e Oeste de Goiânia, elaborado por A. C. Lima.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

7. **Goiânia, arquitetura:** A Coimbra Bueno e Cia. Ltda., além do cuidado urbanístico com a nova capital, foi contratada pelo interventor goiano para projetar, coordenar e construir os principais edifícios da nova capital. Inseridos num discurso de progresso e modernização, sua arquitetura buscou na estética arquitetônica da época – *Art Déco* e Protomodernismo – elementos para compor seu corpo edilício. Estilos seguidos pelas demais obras públicas e privadas, que desde o início não escolheram a verticalidade como elemento definidor de sua composição, garantindo à massa volumétrica da nova capital certa horizontalidade regrada (Figura 12).

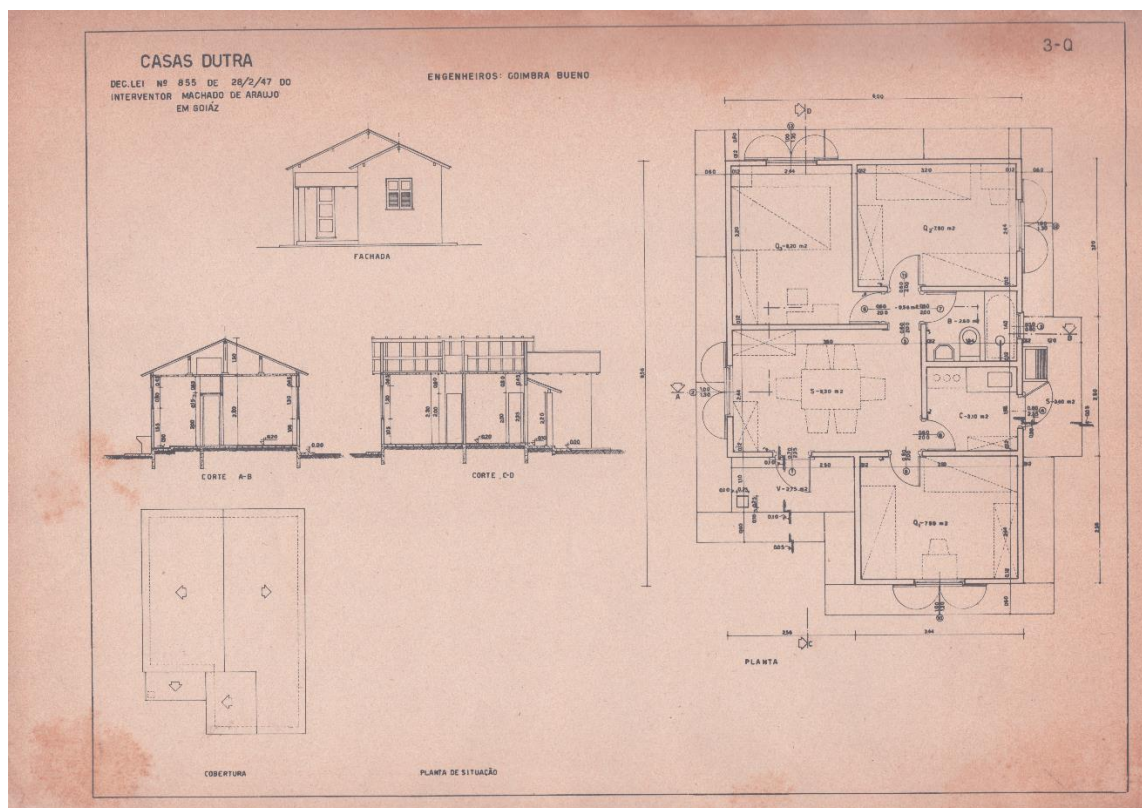
Figura 12: Perspectiva do projeto para o Liceu Industrial de Goiânia.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

8. **Goiânia, moradas:** Goiânia foi campo de produção habitacional da Coimbra Bueno e Cia. Ltda. A preocupação era oferecer unidades habitacionais, a partir de diferentes tipologias, aos funcionários e operários da futura capital, com arquitetura sob influência do *Mission Style*. As primeiras casas foram exemplares de 2 pavimentos, erguidos para abrigar familiares dos técnicos de maior patente, compondo algumas das ruas locais da capital. Já outras habitações de menor porte e apenas 1 pavimento foram destinadas aos demais funcionários e técnicos que iriam atuar em órgãos do governo local. A trajetória na produção habitacional dos Coimbra Bueno se fez presente não apenas em Goiânia, como em outras localidades anos mais tarde, como os conjuntos habitacionais: Vila Terra Brasil (autoria da Companhia Imobiliária Bangú – outro braço da empresa Coimbra Bueno e Cia. Ltda.), Núcleo Residencial dos Aeroviários, Conjuntos Residenciais Rio Amazonas, Rio Tapajós, Rio Negro e Rio Araguaia e o protótipo de casa-célula: Casa Jirau, todos no estado do Rio de Janeiro. Em Goiânia, os irmãos Coimbra Bueno ainda obtiveram apoio do governo estadual a partir do Decreto-Lei nº. 855, de 28 de fevereiro de 1947, o qual promoveu as “Casas Dutra”, uma política habitacional instituída na nova capital para construção de casas populares. Nota-se ainda hoje exemplares deste modelo na Setor Central da capital (Figura 13).

Figura 13: Programa de Habitação Popular: “Casas Dutra”, de 1946, em Goiânia.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

9. **Goiânia em exposição:** Goiânia foi a grande atração do Pavilhão do Estado de Goiás nas X e XI Feiras Internacional de Amostras, transcorridas na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1937 e 1938, respectivamente. Tradicional evento anual sediado na capital do país, em área que viria a ser o Aterro do Flamengo, sua primeira edição ocorreu no ano de 1928 com intuito de expor as modernidades de diferentes regiões do país. A Feira, aos moldes das famosas Exposições Universais – como aquela de 1922 no Rio de Janeiro –, era composta por pavilhões e espaços livres abertos ao grande público, articulando atividades de negócios, exibição de produtos de uso industrial e doméstico (desde artesanatos locais a avanços da indústria elétrica e mecânica), eventos festivos e parafernalias de diversão. O pavilhão de Goiás em estilo *Art Déco* – anteriormente ocupado pela Alemanha (1922), empresa Siemens (1936) e Ceará (s/d) –, nos anos de 1937 e 1938 recebeu vários artefatos de grupos indígenas e uma coleção de minerais do estado goiano, contrapondo-se à modernidade do material promocional (maquete, pranchas, fotos etc.) da recém fundada capital (Figura 14).

Figura 14: Maquete do centro Cívico de Goiânia em exposição no Rio de Janeiro em 1938.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

10. **Goiânia em expansão:** Descontente com os propósitos especulativos e por divergências pessoais, o autor do projeto urbanístico Attilio Corrêa Lima retirou-se do processo em 1935, abrindo espaço para o engenheiro Armando Augusto de Godoy (1876-1944) elaborar a revisão e dar continuidade ao projeto. Anteriormente à saída de Corrêa Lima, Jeronymo Coimbra Bueno – em março de 1934 – já teria sugerido ao interventor Pedro Ludovico que o projeto fosse revisado e discutido pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, colocando à disposição o já conhecido engenheiro Armando de Godoy. O projeto prossegue com base nas diretrizes originais elaboradas por Corrêa Lima, porém Godoy introduz o conceito de Unidade de Vizinhança – captado do urbanismo estadunidense de Clarence Stein e Henry Wright no desenho do setor residencial sul. O cinturão verde, a partir do aquíferos existentes, recebeu detalhamento de desenho e a expansão da cidade ocorreria pela criação de “setores-satélites”, algo inédito na urbanística brasileira de então e algo revelador deste Acervo (Figura 15).

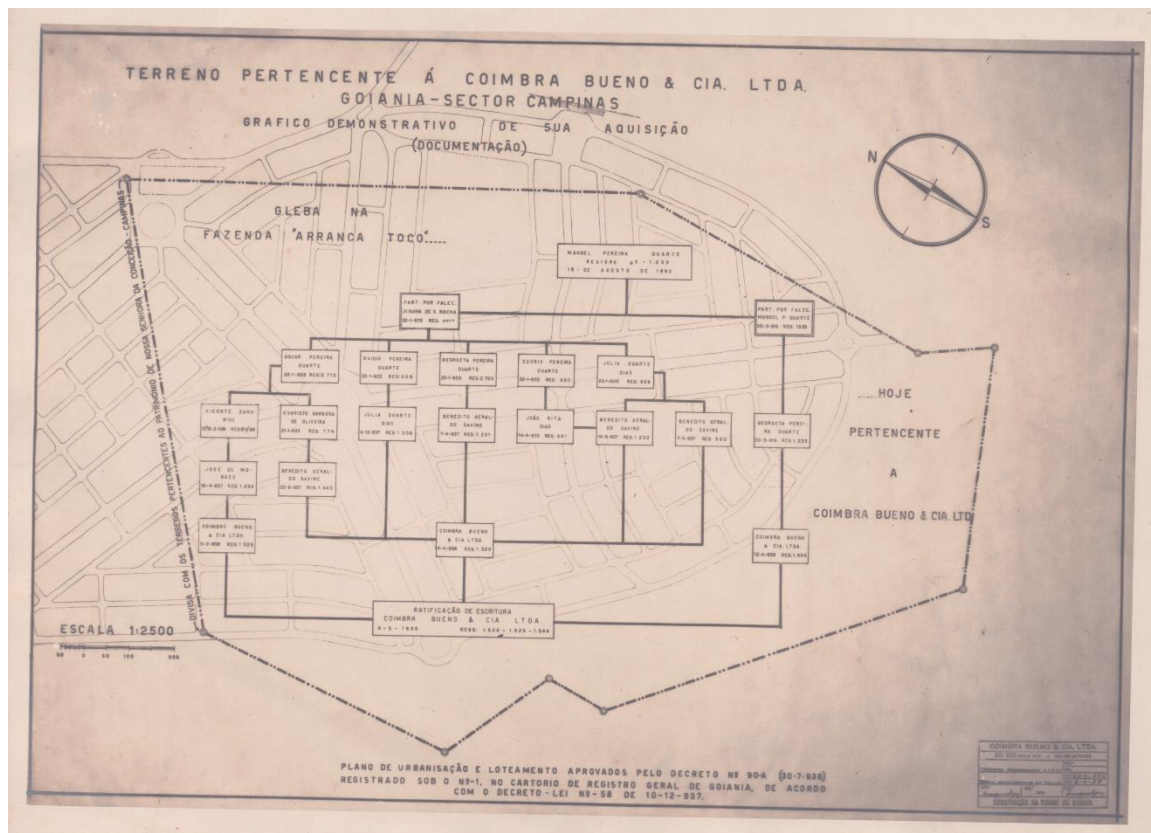
Figura 15: Expansão de capital a partir de “Setores-satélites”, com detalhe ao Setor “Pampulha de Goiânia”. Documento assinado pelos engenheiros civis Jorge Diniz Carneiro, Jeronymo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno e pelo engenheiro arquiteto Salvador Batalha (30.jul.1938).



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

11. **Goiânia dos Coimbra Bueno:** A expansão de Goiânia para além dos limites estabelecidos por Attilio Corrêa Lima nos anos 1930 reafirmou o ideal de Pedro Ludovico Teixeira de ter a nova capital como polo desenvolvimentista. Segundo censo do IBGE, em 1950, a cidade já superava a previsão inicial de habitantes, com 53.389 habitantes. Desse modo, além dos setores Central, Norte, Oeste e Sul, foram lançados pelo poder público, os setores: Leste (atual Vila Nova e Setor Universitário), Coimbra e Bueno. O que se nota é o envolvimento direto da Coimbra Bueno e Cia. Ltda. na aquisição de terras e sua transformação em loteamentos e novos bairros, demonstrando o papel de incorporadores imobiliários e grandes agenciadores da expansão da cidade (Figura 16).

Figura 16: Organograma para aquisição de terras vizinhas à capital pela Coimbra Bueno e Cia. Ltda.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

12. **Goiânia à venda:** Os irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno souberam aproveitar Goiânia como um empreendimento a longo prazo. Não restringiram suas ações sobre o período fundacional da nova capital, mas visualizaram e ordenaram o desenvolvimento futuro da cidade, adquirindo terras rurais do entorno e transformando-as em loteamentos e novos bairros. De construtores a especuladores da terra urbana, os Coimbra Bueno atuaram em Goiânia nas diversas camadas do sistema imobiliário, extraindo dele o máximo de lucro. Da edificação de prédios públicos à expansão urbana, a empresa soube atuar como empreendedora e personificar os diversos agentes produtores do espaço urbano. Novos setores residenciais eram anunciados nos mais diversos estados do país, acompanhados de campanhas promocionais direcionadas às facilidades logísticas existentes e às oportunidades lucrativas para investimentos imobiliários (Figura 17).

Figura 17: Estande de venda de lotes do Setor Bueno em Goiânia.



Fonte: Acervo Coimbra Bueno, FAU-UnB.

PALAVRAS FINAIS

Ao serem revelados, a partir da historiografia existente, os seis atributos fazem de Goiânia um exemplar de “cidade nova”. Inclusive, verifica-se que a mesma pode ser considerada uma cidade duplamente nova – nova por seus elementos compositivos e nova por ter somente noventa anos de existência, o que é pouco em termos de urbanização.

Esta breve existência, contudo, pode ser (re)lida pela adição de novas peças. Neste caso, peças trazidas pelo Acervo Coimbra Bueno permitiram novas compreensões e percepções sobre a cidade materializada. Mas, há ainda um caminho a ser percorrido. É necessário reunir as coleções públicas e particulares dispersas em espólios, acervos, arquivos, cartórios de registro – a maioria de acesso restrito – a fim de salvaguardar a massa documental e criar meios que permitam olhá-la e estudá-la em seu conjunto e em sua complexidade.

A construção histórico-imagética a partir da “colisão de um presente ativo com seu passado reminiscente” (Didi-Huberman, 2011, p. 61), ou seja, a concepção de uma imagem em que o ocorrido (latência) lampeja no momento presente, torna-se neste trabalho a legibilidade de um determinado período. Num ato de resistência, doze lampejos foram expostos a fim de somar-se a outras narrativas em curso. A história de Goiânia, neste sentido, é ampliada e ganha novos contornos, materializando-se pontualmente no presente a partir de episódios até então esquecidos.

O Acervo Coimbra Bueno, a partir do material aqui apresentado, é apenas um demonstrativo daquilo que pode ser feito com outros espólios ainda desconhecidos ao grande público. Portanto, trazer à tona o passado, revelar mesmo que meros vestígios de outrora, é necessário para preservação de nossa memória cultural e condição basilar para se projetar nosso futuro.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BERNARDES, Genilda D’Arc. **O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: o mundo do trabalho e extratrabalho**. Revista da UFG. Goiânia:, A. XI, N. 6, jun. 2009. pp. 37-51.

BORGES, Rogério. **Coimbra Bueno - Ele ergueu Goiânia**. Jornal O Popular. Goiânia, 2018. Disponível em: <<https://opopular.com.br/noticias/80-anos/coimbra-bueno-1.1490364>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS (CREA-GO). **A engenharia em Goiás. Goiânia**: CREA-GO, 2012.

DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DIAS, Manuel Graça. **From the amateur archivist**. COMMA: International Journal on Archives, N. 1, 2009. pp. 45-52.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do Tempo: História da Arte e anacronismo das imagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 a 1935)**. Ideal estético e realidade política. Goiânia: Nega Lilu Editora, 2021.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.

LEMONS, Rubiana Cardoso Campos. **Coimbra Bueno e Cia. Ltda.: sua história a partir de duas cidades novas: Luizânia (SP) e Rubiataba (GO)**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

MACIEL, Dulce Portilho. **Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na produção da cidade**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar**. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. **O entre-Metrópoles Goiânia-Brasília: história e metropolização**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Pensar por Nebulosas**. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 236-261.

PESCATORI, Carolina; TREVISAN, Ricardo. **Coimbra Bueno e Cia. Ltda.: Nebulosas de um acervo em construção**. Revista Redobra. Salvador: FAUFBA, A. 8, N. 17, dez. 2023. pp. 163-183.

PIRES, Jacira Rosa. **Goiânia - cidade pré-moderna no cerrado 1922-1938**. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2009.

RESENDE, Sandra Catherine Pantaleão; TREVISAN, Ricardo. **A cidade planejada e a cidade construída: entre paradigmas modernos e híbridos contemporâneos**. Anais do XIV ENANPUR. Rio de Janeiro: UFRJ / ANPUR, 2011.

RIBEIRO, Maria Eliane Jubé. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SANTANA, Francis Marques Otto de Camargo; BONETTI, Maria Cristina de Freitas; MACÊDO, Maurides. **Pioneiros: compondo o passado**. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (orgs.). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Editora UCG, 2007. pp. 151-192.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Brasília: EdUNB, 2020.

TREVISAN, Ricardo; FICHER, Sylvia; MATTOS, Frederico Maranhão de. **Brasil: um século, cinco cidades novas administrativas**. Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: FAUUSP / ANPUR, 2017.